

CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 129ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às nove horas, na sede da SEMA/DF, Brasília, DF, ocorreu a 129ª reunião ordinária do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF, atendendo à convocação do seu presidente, o secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF, sob a seguinte pauta: **Item 1:** **a)** Votação e assinatura da Ata da 128ª Reunião Ordinária; **b)** Aprovação de indicação do representante do CONAM/DF no Conselho Deliberativo da Fundação Jardim Zoológico de Brasília - Fundação ZOO; **c)** Análise feita pela Assessoria Jurídico Legislativa/SEMA do desempenho da SEMA e CONAM no julgamento dos processos administrativos de apuração de infrações ambientais entre os anos de 2013 e 2015/SEMA/AJL; **d)** Proposta de criação de GT para aprimoramento no regimento interno do CONAM para dar maior agilidade ao julgamento dos processos administrativos de apuração de infrações ambientais/SEMA/AJL; **e)** Portal do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE/SEMA/SEPLAM; **f)** Resíduos Sólidos: Apresentação do estado da arte do fechamento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei – SLU; **g)** Proposta de seminários para temas estratégicos da Agenda Ambiental do Distrito Federal/Fórum da ONGs. **Item 2:** Outros. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, Sr. ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, e os seguintes Conselheiros (as): IVENS LÚCIO DO AMARAL DRUMOND (SEMA/DF); ROSATILDE S. CARVALHO DE LIMA (CASA CIVIL); DIEGO BERGAMASCHI (SINESP); LAUANA DE QUEIROZ SILVA CARVALHO (SEAGRI); AIRTON HÉLIO MILANI (SEMOB); JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB); TEM. CEL. WILLIAM DELANO MARQUES DE ARAÚJO (PMDF); DIÓGENES MORTARI (ADASA); GLEUSA GLADYS SILVA DO NASCIMENTO (FACHO); LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (FORUM ONGs); MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS (FORUM ONGs); PHILIPPE POMIER LAYRARGUES (UnB); DOUGLAS JOSÉ DA SILVA (UCB); SILVIA KELI DE BARROS ALCANFOR (UCB); ANA PAULA DIAS MACHADO DE CASTRO PESSOA (FIBRA); LUCIANO DANTAS DE ALENCAR (SINDUSCON); DALMA MARIA CAIXETA (ABES). Participaram como convidados: Maria Silvia Rossi (SUPLAN/SEMA); Ludmyla Castro e Moura (SEMA); Vanessa Cortines Barrocas (SUPLAN/SEMA); Raul Silva Telles do Valle (AJL/SEMA); Antonio Queiroz Barreto (IBRAM); Alba Evangelista Ramos (ADASA); Tereza Cristina E. Oliveira (Suplan/SEMA); Nazaré Soares (SUAG/SEMA); Heliana Campos (SLU). Não houve quórum para abertura em primeira convocação, procedendo-se a mesma em segunda convocação. O presidente da reunião deu as boas vindas aos conselheiros e prosseguiu com o **item 1a da pauta:** votação e assinatura da Ata da 128ª Reunião Ordinária. A ata foi aprovada por unanimidade e assinada. O presidente da reunião sugeriu a inversão da pauta para o **item 1g:** proposta de seminários para temas estratégicos da agenda ambiental do Distrito Federal/Fórum da ONGs. A conselheira Mônica Veríssimo proferiu a apresentação da proposta de seminário. Lembrou que existem pontos importantes no cenário ambiental internacional que o Distrito Federal não está trabalhando como política ambiental. Eu vou apresentar aqui um trabalho que venho desenvolvendo há dez anos, que chama “Brasília Patrimônio Cultural Ambiental”, onde eu junto duas coisas: 1 – Brasília patrimônio cultural e depois a questão ambiental em função da reserva da biosfera da UNESCO. Eu mostro que as duas coisas se casam. Apresentou o conjunto urbanístico de Brasília. Lúcio Costa foi premiado com o projeto justamente pelas suas características com o modernismo, onde as cidades têm local para morar, trabalhar, divertir, etc. O tombamento urbanístico reconhecido pela UNESCO é referente à quatro escalas: bucólica (espaços vazios existentes, que dá a característica de

cidade parque – espaços públicos (diferente de cidade jardim)), gregária (que representa a diversidade do centro urbano), monumental (Governo Federal e do Distrito Federal) e a residencial (moradias). O que é tombado são estas quatro escalas setoriais. O conjunto urbanístico vai desde a EPIA até o Lago Sul. Dois conceitos são importantes. Tudo aquilo que é tombado e tudo o que é patrimônio deve ter dois conceitos: visibilidade e ambiência. Visibilidade permite que a obra prima seja vista ao longe, de qualquer local. Isto explica, por exemplo, as quadras 100 e 200 com seis andares e as quadras 400 com três andares, para não comprometer a visibilidade da obra – Lago. A ambiência é a passagem gradativa de um tipo de arquitetura para outro. O Parque Nacional e a APA Cabeça de Veado, são áreas verdes que fazem parte da reserva da biosfera do Cerrado. Toda área tombada deve ter seu entorno e a Bacia do Paranoá é o entorno da área tombada. Isto foi definido por uma Portaria (Portaria 68/2012). Ela define a altura dos prédios para cada área. A UNESCO recomenda que toda reserva da biosfera faça seu relatório a cada dez anos. O Brasil tem seis reservas. O ano passado o MMA me contratou, como consultora, para fazer cinco relatórios das cinco reservas brasileira da biosfera. A reserva da biosfera não é só a área núcleo, por obrigatoriedade, deve ter três áreas: conservação, desenvolvimento e apoio logístico (educação, pesquisa e trabalho de governança com a sociedade). Reserva é um sistema de articulação institucional, ela tem que ter a zona núcleo (preservar sumidouros de carbono para mitigar mudanças climáticas, assegurar abastecimento de água e outros serviços ecossistêmicos e preservar a biodiversidade), a zona de amortecimento (é uma zona de gestão sustentável, deve responder ao desmatamento e a alta fragmentação, aumentar a cobertura florestal/restauração, promover a agricultura sustentável assegurando a coletividade da zona núcleo, promover o uso sustentável dos recursos naturais, assegurar renda para os produtores, e um modelo de conectividade entre urbano e rural) e a zona de transição (responder eventos extremos e promover a adaptação às mudanças climáticas, modelos de cidades sustentáveis e modelos de agricultura sustentável). A Reserva da biosfera fez três Congressos até o momento. Em 2016 acontecerá o 4º Congresso que tratará da implementação de um plano de ação de RIMA, a estratégia de RIMA e uma análise de experimentos e desafios para a rede mundial. O objetivo atual é: laboratórios vivos, experiências demonstrativas e boas práticas, laboratório de políticas de desenvolvimento sustentável, sítios internacionais para experiências demonstrativas de mudanças climáticas e ODS, sistema de articulação institucional e oportunidade de estabelecer dinâmicas convergentes ao desenvolvimento. Este é o plano de ação que nós, do Distrito Federal, devemos fazer parte. Os desafios de 2010-2020 que estão sendo refeitos: câmbio climáticos, serviços ecossistêmicos, processos de urbanização e desastres naturais. Os ODSs possuem 17 objetivos e 149 metas. O governador Rolemberg esteve com os representantes da ONU o ano passado e colocou esta frase interessante: “nesse contexto, lembramos que a comunidade internacional pretende estabelecer uma nova agenda global de desenvolvimento sustentável que levará em conta as dimensões econômica, social e ambiental. O objetivo é que Brasília relance isso e faça parte das questões das ODSs”. A apresentadora mostrou a agenda ambiental do Ministério do Meio Ambiente – MMA para até 2022. Ressaltou que o Conselho deve trabalhar focando nessas duas agendas. A minha proposta de seminário, é trabalhar a Bacia do Lago Paranoá, porque ela junta a reserva da biosfera e trás a legislação urbanística e de uso do Território, em relação ao tema aqui abordado. A reserva da biosfera vai ser obrigatória, no sentido de cumprir as ODSs, os acordos multilaterais e a agenda do MMA. Então devemos focar nisto que aqui está colocado, como sendo as agendas internacional da biosfera e do MMA, que nós possamos complementar com o que está surgido e, acompanharmos o que a UNESCO vai dizer em seu relatório sobre a nossa reserva da biosfera. O presidente da reunião sugeriu que a partir desta sugestão seja elaborada uma programação para este seminário, que terá como foco central a análise da Bacia do Paranoá, à luz do PDOT, PPCUB, LUOS, ZEE, PBH, APAs,

Portarias do IPHAM, Agenda do MMA, ODS, etc. Gostaria de formarmos um grupo que pudesse elaborar um esboço da programação desse seminário. Para compor o grupo se manifestaram os Conselheiros: Mônica Veríssimo/Fórum das ONGs, Lauana/SEAGRI, Douglas/UCB, SEMA, SEGETH, Dalma/ABES, Raquel Brostel/CAESB. O presidente concedeu o prazo de trinta dias para que o grupo apresente a proposta de programação do seminário. A seguir, o presidente passou para o **item 1b da pauta**, informando da necessidade de indicação de um representante do CONAM para compor Conselho Deliberativo da Fundação Jardim Zoológico de Brasília - Fundação ZOO. Foi deliberado a indicação do conselheiro LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ, representante do FORUM das ONGs na função de Conselheiro Efetivo do Conselho Deliberativo da Fundação Jardim Zoológico de Brasília. Prosseguiu com o **item 1c da pauta**. Convidou o Chefe da Assessoria Jurídica Legislativa-AJL/SEMA, Sr. Raul Valle para apresentar a análise feita pela AJL/SEMA do desempenho das atividades da SEMA (2ª instância) e CONAM (3ª instância) referente aos processos administrativos de apuração de infrações ambientais no período de 2013 a 2015. Iniciou ressaltando que os autos de infração são parte da responsabilização administrativa por infração ambiental, que é diferente da sociedade civil e nominal. E que tem um objetivo, que é reparar o dano e evitar novas infrações (prevenção geral). Mas que para funcionar ela tem que ser justa e eficiente. Então citou o Teorema de Sutinen que diz que uma sanção administrativa para ser eficiente ela tem que cumprir alguns requisitos que são necessários e todos eles tem que ser observados, ou seja, se alguém comete uma infração ele primeiro: D = desincentivo ao cometimento da infração; P_i = probabilidade de o infrator ser identificado; P_a = probabilidade de o infrator ser autuado pela infração; P_p = probabilidade de o infrator ser processado, uma vez autuado; P_s = probabilidade de o infrator sofrer uma sanção, uma vez processado penalidade = gravidade e eficácia da sanção imposta ao infrator; e = constante matemática, equivalente a 1; l = lucro com a atividade ilegal e t = tempo entre a identificação da infração e a aplicação efetiva da sanção. Ou seja, se há demora no julgamento existe a sensação de impunidade. E que embora a lei federal diga que pode ter até duas instâncias (Lei Federal 9605/98, art.71) e a Lei Federal 9784/99: pode haver, no máximo, até 3 instâncias de julgamento (art.57), nós temos três instâncias de julgamento de autos de infração: 1ª Instância: IBRAM (art.59 da Lei Distrital 41/89), 2ª Instância: SEMA (art.60, caput da Lei Distrital 41/89) e 3ª Instância: CONAM (art.42, IV da Lei Distrital 41/89). Depois apresentou um panorama dos procedimentos de autos de infração abordando os seguintes tópicos: Tempo de vida de processos julgados em 2ª Instância (SEMA) de 2013 a 2015; Tempo de vida processos aguardando julgamento SEMA (2015); Tempo de espera processos julgados SEMA (2013-2015); Tempo de vida dos processos julgados pelo CONAM 2013/2015; Tempo de vida dos processos em espera no CONAM (2013-2015); Processos que foram distribuídos no CONAM para julgamento 2013-2015. O item seguinte da apresentação tratou da Proposta de Regimento Interno, aprovada pelo Conselho em 2014. Na ocasião, foi aprovada pelo conselho a criação de uma Câmara Permanente de Auto de Infração com a função preparatória (instruir e relatar os autos de infração) para Julgamento final pelo Plenário, Isso foi um avanço dado os Problemas 1: competição por espaço na agenda; 2: reuniões bimestrais e Aumento da fila e de tempo de vida de processos. Ressaltou que o CONAM, dada a sua peculiaridade, ele tem sido um entrave razoável para o não cumprimento, dentro da tarefa do dever da administração pública, do objetivo de dar um julgamento justo, tanto para o autuado ter uma resposta rápida quanto para administração de criar algum tipo de prevenção geral de detenção das infrações. Em linhas gerais isso gera um clima de impunidade. Informou que o processo foi encaminhado a governadoria para análise e publicação do Decreto de aprovação da alteração do regimento. Nesse período ocorreu a reestruturação do complexo administrativo do GDF e algumas secretarias com assento no CONAM foram extintas

e/ou incorporadas a outras, afetando a paridade de representantes dos poder público e privado, conforme exige a lei. Este fator bem como outras incongruências foram apontadas pela governadoria que sugeriu o retorno do processo para as correções e ajustes devidos. Aproveitando o ensejo vimos apresentar sugestões de aprimoramento na Câmara Permanente Julgadora de Autos de Infração a seguir: Que ela tenha caráter terminativo e não preparatória (instruir e relatar os autos de infração) para julgamento pelo plenário, como havia sido aprovada; composta preferencialmente por membros com conhecimento jurídico; e reunião mensal. Apresentou as vantagens com relação aquilo que foi aprovado: Libera plenário para assuntos mais relevantes, não disputa espaço na agenda, maior agilidade conhecimento jurídico: maior qualidade e Reuniões mensais: maior agilidade. Citou como Precedentes: Todos os tribunais do país são compostos por câmaras de julgamento, todos os processo que vão para os tribunais, salvo raríssimas exceções, são julgados em câmaras julgadoras. Outros precedentes são Congresso Nacional e Assembleias Legislativas, exemplo, projetos de leis não necessariamente passa no plenário dessas casas, passam geralmente em caráter terminativo nas comissões temáticas; já tem essa previsão inclusive na constituição brasileira. O próprio CONAMA quando julgava processo era por câmara técnica e temos outros estados que vão nessa mesma linha: Minas Gerais: COPAM – 2ª instância (final) também julga numa Câmara Normativa e Recursal (art.10, III, b, Decreto Estadual nº 45825, de 20/12/2011). Mato Grosso: CONSEMA é 2ª e 3ª instância tem uma Junta de Julgamento de Multas – 2ª instância também terminativa (art.31, Resolução CONSEMA nº 02/06, de 25 de abril de 2006). Conclui sua apresentação falando da necessidade de se dar maior agilidade e qualidade ao julgamento de autos de infração pelo CONAM. Criação de câmara de passagem melhora qualidade, mas não resolve agilidade. Plenário do CONAM deve ser utilizado para funções mais nobres - que é discutir políticas, que julgar autos de infração individuais. União e diversos Estados retiraram os conselhos estaduais como instância recursal. Dentre os que mantêm vários têm câmaras especializadas com caráter terminativo; Adotar esse modelo pode agilizar e melhorar decisões. Portanto, dado o fato de que o regimento interno não foi ainda publicado pelos problemas que a governadoria apontou e temos que, de fato, voltar a trabalhar no texto do regimento, podemos aprimorar essa proposta que já foi aprovada, com a criação dessa câmara técnica de caráter terminativo. **Sobre o item 1d da pauta**, a SEMA sugere a criação de uma Câmara Técnica Temporária, com duração até a próxima reunião, e que essa câmara possa rever o estatuto, a proposta de estatuto à luz daquilo que veio da governadoria e avaliar essa proposta que a SEMA está apresentando, que pode ser revista e aprimorada e que na próxima reunião do conselho a câmara apresente a proposta de regimento já avaliando essa questão específica de julgamento de auto de infração. O presidente André Lima agradeceu ao Sr. Raul pela apresentação. Pôs em deliberação a Criação da Câmara Técnica Temporária com a sugestão de, se possível, sem a exigência de quórum para deliberações. A proposta foi aprovada por unanimidade, nos termos sugerido pelo presidente, e a câmara técnica temporária teve a seguinte composição: SEMA, ABES/DF, IBRAM/DF, FÓRUM DAS ONGS, FACHO/DF, FAPE, PM/DF e SINDUSCON/DF. Passou-se para **o item 1e da pauta**. A Subsecretária de Planejamento e Monitoramento da SEMA, Maria Silvia apresentou o portal eletrônico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal -ZEE-DF. Salientou que foi priorizado para que o portal tenha uma função mais pedagógica educativa, um caráter mais informativo onde reúne as informações de todo o processo de elaboração do zoneamento, incluindo documentos técnicos, mapas e notícias. Até o mês de junho pretende-se que todos os conteúdos técnicos, tais como: pré zoneamento, o zoneamento, os cenários estejam carregados no site. Depois apresentou o conteúdo inserido nas “janelas” bem como os links que direcionam para as informações. Apresentou todo conteúdo disponibilizado no presente momento. Durante a apresentação do sítio eletrônico, feita pela Coordenadora Técnica do ZEE-DF Maria

Sílvia Rossi, os conselheiros conheceram parte do conteúdo já disponível, sanaram dúvidas sobre a divulgação das informações, deram contribuições para a manutenção da página e parabenizaram o trabalho da equipe. O conselheiro Luiz Mourão, do Fórum das ONGs Ambientais do DF e Entorno, o *site* não servirá apenas para comunicar a sociedade sobre a elaboração do ZEE-DF, mas, acima de tudo, para resgatar e preservar informações e trabalhos produzidos ao longo dos anos. “É muito importante ter esse histórico, principalmente quando falamos em projetos que passam por mudanças de governo. Facilita, inclusive, o entendimento e o acompanhamento do que vem sendo feito atualmente”, disse o conselheiro. Prosseguiu com o **item 1f da pauta: Resíduos Sólidos: Apresentação do Estado da Arte do fechamento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei – SLU**, proferida pela senhora Eliana Kátia, diretora presidente do SLU. O presidente da reunião informou que o IBRAM repassou para a diretora do SLU o parecer autorizando a continuidade das obras nas duas bacias, que tinham sido interditadas pela fiscalização do IBRAM, por ter sido feitas sem as devidas autorizações. O entendimento do órgão ambiental é que a permanência da bacia como está causa mais danos do que sua continuidade, porém, isto não isenta o SLU das penalidades impostas. A apresentadora iniciou agradecendo a oportunidade e esclareceu que irá mostrar o desenvolvimento das atividades, que já estão em andamento, para erradicar as ações ilegais do antigo lixão, agora aterro controlado, e das rotas tecnológicas. Nós estamos contratando o plano de gestão de resíduos sólidos e o plano de saneamento, que definirão o que, e como vamos fazer. Nesse primeiro ano de governo contratamos consultorias, em parceria com a ADASA, e estamos nos preparando para quando precisarmos discutir o plano já termos dados levantados da rota tecnológica. A maior preocupação dessa gestão é a qualificação dos recursos humanos envolvidos. Hoje o SLU tem quatro técnicos de nível superior. O restante trata-se de pessoas do operacional, que ocupam a administração, num total de 827 pessoas. As rotas tecnológicas, que trataremos a seguir. Quanto aos recursos financeiros, nós reduzimos bastante as despesas do SLU. Em 2014 éramos 6.120 e hoje somos 5.600 pessoas envolvidas. Cidadania, controle e participação social é um dos itens mais importantes para nós. Criamos uma diretoria de mobilização e educação social e a trouxemos para a presidência com o objetivo de fortalecê-la. Constituímos uma diretoria colegiada para fortalecer as decisões. Fizemos um planejamento estratégico e integramos com o que já existia. Rotas tecnológicas: temos no DF três lotes de contratação de serviço de coleta, divididos por município. Tínhamos quatro lotes de coleta seletiva. Ela começou em 1991, em Brazlândia e em 2005 ela estava em cinco regiões administrativas. Em fevereiro de 2014 ela foi ampliada para todas as regiões administrativas. Hoje nós entendemos que foi um equívoco grande. Foi uma contratação feita sem as devidas previsões de informações, as empresas se prepararam para coletar 270 toneladas/dia e coletaram 160 t/d. Isto resultou no cancelamento dos contratos. Hoje estamos com cinco regiões administrativas construindo um projeto de coleta seletiva, aonde há resíduo seco, com quatro associações de catadores. Vamos testar esta experiência. A partir de então nós fomos estudar o lixo do Distrito Federal, pra entender qual a forma e modelo ideal de coleta. Estudamos os resíduos da coleta convencional e da seletiva. Dentro da coleta convencional, Águas Claras, por exemplo, tem 37% de resíduo seco. Também identificamos qual a geração per capita em cada região, qual a quantidade de plásticos, vidros, etc. Atualmente estamos fazendo um estudo muito complexo que vou mostrar parte dele aqui pra vocês. O estudo envolve todas as regiões administrativas, olhando a condição da renda, analisando se ela é verticalizada ou não. Onde ela é verticalizada possui melhor qualidade, qual a caracterização de lixo reciclável no total de resíduos, quantidade de recicláveis estimada. Para o índice de coleta seletiva foram considerados quatro parâmetros: qual a população, a renda, a quantidade de seco que ainda tá na outra coleta, se é verticalizado, e onde foi interrompido o serviço. Onde foi interrompido o serviço temos o pior

material. Através destes indicadores estamos com a meta de atingir 9% dos resíduos totais para alcançar 31% dos recicláveis. Os recicláveis somam 32% do total (6,6 t/mês de recicláveis). Este estudo é para subsidiar a tomada de decisão sobre a coleta seletiva: onde fazer, como fazer, quais as periodicidades, etc. Também fizemos um estudo para identificar os tipos e quantidades de recicláveis em cada região. Estamos trabalhando as instalações para recuperação dos resíduos da coleta seletiva. Existem algumas centrais de coleta e, para estas, estamos com projetos de reforma, e a NOVACAP já está trabalhando na elaboração do projeto executivo. A apresentadora mostrou a rota tecnológica do Distrito Federal, com as quantidades de lixo gerado em t/mês, a distribuição em coleta convencional e coleta seletiva. Na coleta convencional, as usinas em funcionamento (duas, uma de 1964 e outra de 1985), todas com compostagem, transbordo e organização de catadores. Os resíduos são depositados no aterro do Jóquei. Para a coleta seletiva existem as organizações de catadores e o mercado de recicláveis mapeado. Temos a proposta de construir quatro estações de transbordo. Apresentou as unidades operacionais existentes e em implantação: Transbordos (Asa Sul, Gama, Sobradinho e Brazlândia), Usinas (P. Sul e Asa Sul), Aterros (aterro controlado do Jóquei, aterro sanitário Norte e Oeste), ATT SPU e ATTR, Cooperativas de catadores e PEV. A apresentadora falou ainda sobre o encerramento das Parcerias Público Privadas – PPP do lixo do DF, ocorrido em 2014. Mostrou também a infraestrutura do aterro controlado do Jóquei. Informou que foi criado um GT do Lixão, por meio de Decreto, envolvendo 17 órgãos do DF. Apresentou a perspectiva de cronograma da disposição final de rejeitos do DF. Em 2015 todos os rejeitos foram colocados no aterro controlado do Jóquei. Em 2016, os rejeitos serão distribuídos entre o aterro sanitário Norte, aterro sanitário de Brasília e aterro controlado do Jóquei. Em 2017, será distribuído entre aterro sanitário Norte e aterro sanitário de Brasília. Em 2018 será distribuído entre aterro sanitário Norte, aterro sanitário do CORSAP e aterro sanitário de Brasília. Por fim, informou que o aterro controlado do Jóquei passará a chamar-se Aterro Controlado de Brasília no Distrito Federal. O presidente do Conselho destacou que a SEMA tem algumas competências na gestão de resíduos sólidos, conferidas pelo Decreto distrital de resíduos. Estamos inseridos em alguns destes grupos criados para participar dessa transição do que temos, um aterro controlado, para a aprovação e implementação do plano de gestão de resíduos sólidos. Esta secretaria tem o compromisso de contribuir para a implantação das ATTRs, é um processo que já vem desde o governo anterior e nós abraçamos a causa. Estamos trabalhando junto ao SLU para fecharmos essa numerologia do lixo, que ainda está muito confusa, dado aos diversos interesses. Não é uma agenda ambiental, mas socioambiental, pois estamos olhando com cuidado a questão dos catadores, no sentido de fazer a inclusão sócio produtiva deste segmento, cuja soma já permeia os três mil catadores. O Conselheiro Luiz Mourão/Fórum das ONGs, informou que a secretaria do IBRAM tem muito mais que a responsabilidade sócio ambiental, visto que este Conselho forneceu algumas condicionantes para o fornecimento da Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. No processo existe, entre outras coisas, uma obrigação para o licenciamento do PRADE de desativação do aterro controlado e deve ser aprovado pelo IBRAM. Existe uma condicionante de responsabilidade sócio ambiental. Também quando este processo foi avaliado por este Conselho, foi feita a observação de uso temporal da área, visto que o Projeto previa uso de 20 anos e a área disponibilizada só comportava 10 anos de uso. Na época, havia a previsão de expansão da área, e a aprovação foi condicionada a esta expansão. Isto também consta do Processo. Também é preocupante esta classificação do Aterro Sanitário Norte - ASN, que a meu ver, não é um aterro sanitário, mas um grande lixão, onde caminhões até atolam na época das chuvas, de acesso muito difícil. Nos preocupamos porque nos parece que estamos transferindo o problema de Brasília para uma região extremamente pobre, nos arredores do DF, que é Planaltina/GO. A Conselheira Jane do IBRAM pediu ao servidor Leonel/IBRAM que passasse as

informações técnicas sobre as questões do Licenciamento para o SLU. O servidor informou que, em relação ao aterro de Samambaia, o IBRAM está analisando quatro pedidos de licença do SLU. Hoje foi entregue à senhora Eliana Kátia, diretora presidente do SLU, a licença para a continuação da construção das bacias. Outra é a autorização de supressão vegetal, que precisa ser renovada, a Licença de Pré operação e o pedido de renovação da Licença de Instalação, que também está vencida. O IBRAM fará uma vistoria no local, o mais breve possível, e estamos trabalhando para que, em uma semana, possamos responder à estas três pendências. Até onde já analisamos a parte documental, ainda não detectamos pendências de documentos, mas falta finalizar e verificar a parte de vistorias local. O prazo de desativação é a SUGAP quem fornece, não temos esta informação no momento. O setor que analisa os PRADEs tem mais ou menos oitocentos processos, para análise, especialmente da orla do lago e somente três funcionários. A Conselheira Mônica Veríssimo/Fórum das ONGs, lembrou que seria muito importante este Conselho pensar em trabalhar um seminário para discutir a questão do lixo do DF, com olhar para o longo prazo. A Conselheira Jane Vilas Bôas/IBRAM lembrou que ainda esta semana acontecerá mais uma reunião do Projeto Santa Luzia, que é uma ação civil pública do IBRAM, em parceria com outras instituições. Isto faz parte da pauta do Comitê Gestor de Território, trata-se de uma tecnologia de reassentamento, em outra abordagem, envolvendo as questões socioambiental. O objetivo é repor os 300 metros de amortização do Parque Nacional. Eu gostaria de apresentar as etapas deste projeto aqui para este Conselho, para que tome ciência deste importante trabalho. O presidente do Conselho informou que haverá uma reunião conjunta do CONAM e CRH e CONPLAM, para tratarmos da questão do combate à grilagem no Distrito Federal. A reunião está agendada para o dia 29/03/16. O Conselheiro Felipe/UnB ressaltou que é fundamental termos as estatísticas das questões do lixo do DF, com suas séries históricas, para planejarmos concretamente. Tem um dado que é muito importante, mas não apareceu nestas apresentações, que é a geração per capita ao longo do tempo. É uma variável que faz toda a diferença hoje, visto que essa geração vem aumentando ao longo do tempo. Segundo, temos que ver o que estamos fazendo com os resíduos perigosos, tipo, lâmpadas fluorescentes, pilha, resíduo eletrônico. A terceira preocupação são as pessoas envolvidas com esta questão do lixo. O subsecretário Jorge Artur/SEMA lembrou que há um grande descompasso entre a destinação de resíduos para o novo aterro e a supressão paulatina de destinação de resíduos para o lixão da Estrutural, onde já registra 2.800 catadores (diretos e indiretos). As unidades de triagem, que abrigará, aproximadamente, 2.600 catadores, ainda não estão prontas, e demanda de ações complementares, como fazer chegar material de boa qualidade, para que seja uma realidade. A diretora do SLU, Eliana Kátia esclareceu que o governo do DF está empenhado no perfeito funcionamento do SLU. Quanto a licença do ASN, sabemos que temos problemas operacionais e estamos trabalhando para eliminar e/ou mitigar. A condição para colocarmos os resíduos lá é do órgão ambiental de Goiás que vai determinar quanto e como pode ser colocado. Esclareceu que sobre as estatísticas o SLU está trabalhando. O crescimento populacional do DF hoje é de 2%, temos histórico de 20 anos, temos também o crescimento vegetativo. Nas áreas mais carentes, Pôr do Sol e Sol Nascente, temos crescimento de 10%/a.a. Para a geração per capita já temos histórico de 6 anos. O SLU é responsável pelos resíduos sólidos domiciliares e públicos. Passou-se para o **item 2 da pauta**. Informes: O presidente do Conselho informou que agradeceu a presença de todos e informou que no dia 08/03/2016, haverá reunião do CRH para apresentação da disponibilidade hídrica do DF. No site da SEMA está publicado um calendário unificado com muitas atividades em função do mês da águas. Convidou a todos para o evento que acontecerá no Jardim Botânico, em comemoração do dia internacional da mulher e o aniversário do Jardim Botânico de Brasília, com checagem do plantio de mais de mil mudas, entre outras atividades. O presidente do Conselho convidou os Conselheiros do CONAM e CRH,

para o seminário de grilagem de terras no DF, que será apresentado pelo Comitê de Governança do Distrito Federal, no dia 29/03/2016. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião. A presente Ata será lida e aprovada por todos os conselheiros presentes e, posteriormente, publicada o extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.